

Qual é Pior: Inflação ou Violência?

Rubens Penha Cysne

A violência se relaciona de várias formas com a vida dos cidadãos e, desta forma, com a ciência econômica. Em primeiro lugar, cai a expectativa do tempo de vida (espera-se, na média, morrer mais cedo); segundo, uma parcela substancial de recursos da sociedade passa a ser desperdiçada para que alguns indivíduos se protejam diretamente da ação de outros (guarda costas, cercas, alarmes, câmeras, seguranças etc.); terceiro, cai a previsibilidade sobre data de morte ou invalidez, o que gera maiores custos de seguro, interfere com a formação de poupança, de investimento (em particular, em capital humano) e reduz o crescimento econômico; quarto, há os custos públicos de prevenção ao crime, de julgamentos e de manutenção (e controle) do sistema penitenciário; quinto, imóveis, comércio e outros investimentos fixos são negativamente afetados quando há violência na vizinhança (como exemplifica o caso de vários bairros do Rio); sexto, há os custos médicos e os custos decorrentes de paralisação para recuperação daqueles afetados ou envolvidos pela criminalidade, aí incluídos os drogados; sétimo, todos os procedimentos que envolvem indivíduos se relacionando com indivíduos passam a exigir uma coleta muito maior de informação, tornando procedimentos corriqueiros muito mais complicados (senhas superpostas para operações bancárias em Caixas Eletrônicas e na rede de Internet, checagens intermináveis em aeroportos etc.).

Somem-se a estas sete categorias os custos de bem estar da violência que variam de indivíduo para indivíduo, portanto de mais difícil mensuração econômica. Enquadram-se neste tipo os custos da permanente sensação de medo e preocupação com relação a si mesmo, ao seu grupo familiar e a seu grupo social, a ameaça ao direito de ir e vir, bem como a dor direta causada pela violência, apenas conhecida por aqueles que passaram por tal experiência. Incluem-se aqui não apenas as perdas de entes queridos e as perdas materiais diretas geradas pela violência, mas também as perdas de ordem indireta e psicológica daqueles que foram vítimas de algum crime.

Uma pergunta que os economistas tentam responder é a seguinte: quanto os habitantes de uma certa sociedade estariam dispostos a abdicar, em termos de renda, para se livrarem de um mal comum? A resposta é razoavelmente conhecida, por exemplo, no caso em que este mal comum é a inflação. Reporto, no que se segue, apenas os custos diretos da inflação, gerados pelo desperdício de recursos alocados para transações econômicas efetuadas com o objetivo precípua de proteção dos agentes econômicos contra a perda constante de valor da moeda.

Para os Estados Unidos, por exemplo, estima-se que uma inflação em torno de 10% ao ano gere custos de bem estar em torno de 1% do PIB. Grosso modo, isto significa que os americanos estariam dispostos a abrir mão de 1% de sua renda, todo ano, para se livrarem de uma inflação de 10%. No Brasil, para uma taxa média anual de inflação de 97% entre 1947 e 1993, este número sobe para 3% da renda. Tomando-se, por outro lado, os níveis de inflação ocorridos imediatamente antes do Plano Real, em torno de 45% ao mês, este custo sobe para 8% do PIB. Ou seja, os brasileiros, ao longo do período de alta inflação, estariam dispostos a abdicar de algo entre 3% e 8% de sua renda para se livrar da perda constante de valor da moeda.

Sobre os custos da violência, entretanto, as estimativas econômicas não são ainda bem conhecidas e alicerçadas. Para começar, tal como no caso da inflação, há como vimos no primeiro parágrafo deste artigo, perdas de várias origens, com características bem distintas. Consideremos, para simplificar, apenas o primeiro destes vários custos: aqueles decorrentes da influência negativa da violência sobre o tempo de vida médio da população.

Qualquer tentativa de se mensurar esta perda apresenta sérias dificuldades. Primeiro, porque ela dependerá de a violência afetar mais os mais jovens ou os mais idosos. Segundo, porque, em termos da agregação de bens e serviços ao país, o custo diferirá em função do nível de escolaridade e aptidão daqueles envolvidos pela violência. Terceiro, porque a demanda por este nível de escolaridade, por outro lado, também dependerá da queda de tempo médio esperado de vida, gerando circularidade.

Uma análise superficial da questão sugere que no Brasil os mais jovens e de mais reduzida escolaridade são os mais afetados pelas mortes violentas. Economicamente, isto eleva o custo em função do primeiro parâmetro (juventude) e o reduz em função do segundo (baixa escolaridade). Não se tem idéia precisa, por outro lado, de quanto a violência desestimula os jovens a se prepararem adequadamente para o futuro.

A despeito de todas estas dificuldades de mensuração, admite-se para o Brasil, em geral, um custo de bem estar da violência ao redor de 4% do PIB, apenas em decorrência da queda da expectativa de vida. Trata-se, apenas este, de um custo superior ao custo médio da inflação no período 1947-1993. Quando se consideram todos os demais custos da violência descritos acima, entretanto, incluindo aqueles mais subjetivos e de difícil mensuração econômica, estima-se que os prejuízos da violência para o Brasil superem, hoje em dia, e em muito, os custos de bem estar outrora gerados pela inflação. Mesmo quando a comparação é feita com os períodos em que a variação de preços foi a mais intensa (como antes do Plano Real).

O combate à violência é o novo desafio da sociedade brasileira. A campanha para a Presidência deve considerar seriamente este fato.

Rubens Penha Cysne é Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e "Visiting Scholar" do Departamento de Economia da Universidade de Chicago .